

O INVESTIGADOR COLECTIVO NO QUADRO DA INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO

CARLINDA LEITE
CRISTINA ROCHA
NATÉRCIA PACHECO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Comunicação ao 2º Congresso da SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO
BRAGA 1992

DO COLECTIVO DE INVESTIGADORES AO INVESTIGADOR COLECTIVO

"A investigação-acção privilegia a mudança, que cataliza como utensílio de investigação e a actividade, que produz como agente de mudança" (Bataille, p.34)

A investigação-acção constrói-se em torno de uma acentuada interdependência entre a investigação e a acção. Reflectir sobre a natureza desta interdependência levar-nos-á ao cerne da preocupação teórica e metodológica que subjaz ao que vai ser comunicado, a saber, a figura do Investigador colectivo, o seu estatuto epistemológico e o seu desenvolvimento nos nossos Projectos..

Dado que o saber científico não decorre da contemplação, mas é resultante de um trabalho de produção de conhecimento, não é a partir de uma falsa oposição entre conhecimento e acção que a Investigação-Acção se situa

face ao modelo racionalista e positivista do conhecimento, mas na orientação dada à acção, no quadro da produção científica.

Age-se para conhecer, intervindo numa situação considerada problemática (no plano do conhecimento e da acção transformadora), com vista à sua transformação. Neste processo interagem (no conhecimento e na acção) os agentes sociais implicados. "*Actor e investigador, o parceiro da Investigação- Acção, ocupa uma posição a partir da qual vai poder construir conhecimentos que não seriam possíveis numa relação de exterioridade face à situação explicada.*" (NOT, p. 110).

Neste quadro, em que são parte do mesmo processo a acção de conhecer e o conhecimento resultante do agir, altera-se a natureza da relação tradicional entre o sujeito investigador e o seu objecto de investigação (genericamente outros implicados na situação em conhecimento), operando-se como que uma colisão entre ambos, decorrente da nova relação entre a teoria e a prática que a Investigação-Acção se propõe estabelecer.

Neste quadro, a Investigação aparece como um processo intencionalmente orientado para a superação das antinomias binárias, tão caras ao modelo racional e positivista do conhecimento. Ou seja, a referida antinomia teoria-prática, sujeito-objecto, conhecimento científico-conhecimento vulgar, acção em ordem ao conhecimento decorrente da formulação de problemas de conhecimento-acção em ordem à acção decorrente da formulação de problemas sociais, educativos, etc.. Estas antinomias vêm a configurar socialmente uma distribuição muito desigual dos lugares sociais face ao conhecimento e à acção.

Assim sendo, e neste quadro da Investigação-Acção, aparece epistemologicamente com uma grande centralidade o processo de conhecimento orientado para a emancipação dos investigadores e dos outros intervenientes, pela definição de um objecto comum a ambos, situando-os num campo definido pela sua presença numa interacção concreta. A Investigação-Acção implica, então, uma comunicação simétrica dos protagonistas, uma distribuição do saber a todos os parceiros, abolindo, desta forma, a relação sujeito-objecto que de ordinário anima a relação do investigador com os seus parceiros (Bataille, 1981).

O superar das assimetrias estatutárias aos diversos níveis da investigação (problematizar, investigar e gerir os resultados) em que se consubstancia a interrelação entre sujeitos de investigação, permite ainda superar as assimetrias da prática, unificando as incompletudes que a sua relação com o saber humano costuma apresentar (saber pensar, saber agir e saber ser).

Saber *pensaragirer* é assim o ponto de ruptura onde se gera a unificação de um sujeito de Investigação "*circulante e colectivo*" (BATAILLE, p. 36) que é, em simultâneo,

" um actor colectivo - porque participa na mudança social enquanto agente de mudança;

um investigador colectivo - porque participa na investigação enquanto agente dessa investigação através da mudança tomada como instrumento;

um sujeito espiral- instituindo-se como veículo transicionalizando a prática em investigação e a investigação em prática na mudança " (BATAILLE, pp. 36-37).

O **investigador colectivo** gera-se no plano da Investigação-Acção e concretiza-se, enquanto sujeito transindividual, como um corpo colectivo animado por um projecto unificado (não redutor) o que implica uma nova atitude face ao conhecimento e à acção, para uma nova ordem científica emancipadora e comprometida.

A CONSTRUÇÃO DO INVESTIGADOR COLECTIVO NOS NOSSOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO

Quem interage

Sendo o campo educativo unificador dos vários intervenientes nos Projectos estes situam-se em lugares específicos deste campo: professores universitários de várias áreas disciplinares agrupadas nas Ciências da Educação, finalistas da licenciatura em Ciências da Educação, professores dos três ciclos do Ensino Básico e os seus respectivos alunos.

No plano institucional interagem nestes projectos, para além das Escolas implicadas e da Faculdade a que pertencemos, a Fundação C. Gulbenkian e a JNICT.

No plano cultural estão presentes populações de origem africana, cigana que coexistem, em meio suburbano e pobre, com a restante população nacional. Os Projectos integram ainda grupos populacionais que habitam em meio semi-rural.

A diversidade institucional e cultural que apresentámos faz com que a dinâmica destes projectos dependa necessariamente do vai vem entre especificidades, ritmos e características de cada centro.

A construção do investigador colectivo. Obstáculos.

Reconhecer os obstáculos enfrentados na construção do investigador colectivo é condição para os ultrapassar. Com efeito, eles não são nem visíveis nem palpáveis. Eles não são específicos dos outros nem de nós próprios, situam-se na matriz constituída pelas interacções entre os diferentes parceiros e são de natureza diversa, conjugando-se e interagindo a diferentes níveis.

Procuraremos sistematizar aqueles que pudemos reconhecer, sentindo, muito embora, que poderão ganhar outras formas ou características diferentes daquelas que a nossa experiência pôde identificar.

de natureza ideológica

O paradigma positivista-racionalista é demasiado pregnante na história da formação de uns e outros, e, em maior ou menor grau, ele influencia as nossas concepções de saber. A maior dificuldade é, talvez, a incapacidade de o identificar em nós próprios quando, por opção, o recusamos.

No quotidiano da pesquisa este obstáculo alimenta-se do choque entre as expectativas pré-construídas de cada parceiro sobre si próprio e sobre o outro. Estas expectativas configuram, para cada corpo, níveis de pensamento e níveis de acção, numa relação pautada por assimetrias. É suposto que a acção dos investigadores é pensar e a dos técnicos agir, vindo os técnicos a fazer exigências de verdade aos investigadores, não sem os menosprezarem pelo carácter excessivamente teórico da sua "verdade"; por seu lado, os investigadores reconhecem aos técnicos fundamentalmente um *pensamento concreto* (no sentido piagetiano), procurando orientá-los para um *pensamento abstracto*, de que, supostamente, eles seriam os primeiros detentores. Quando

nos instrumentalizam (mesmo com a representação de supersujeitos detentores de receitas) resistimos, criamos espaços de acção autónomos que nos garantam a nossa posição de sujeitos, actores dos nossos próprios projectos. A chamada resistência à mudança é, muitas vezes, a resistência a ser tomado como objecto.

representações e relações de poder

Se a nível do discurso intencional a posição é de redução das assimetrias e se procura que os estatutos, pré-estabelecidos pelas instituições de pertença, percam a sua significação nas novas relações, a verdade é que representações, diferenciadas por formações disciplinares especializadas, interferem nas intenções e na sua concretização.

São representações relativas, ambivalentes, carregadas de censuras e dependências recíprocas, encerrando campos de poder desiguais. Esta relação ambivalente opera-se num vai vem entre **territórios** marcados por fronteiras institucionais e simbólicas (entre as salas de aula das escolas e a sala de reuniões da Faculdade, por exemplo), sendo este vai-vem gerador de inseguranças e seguranças relativas.

de natureza institucional

Os objectivos da investigação comandam prioritariamente o seu percurso (embora possam ser alterados pela própria investigação). As pressões institucionais, que comandam a investigação e a legitimam, dependem de um contrato negociado que prevê prazos, resultados materiais, mas sem que o seu cumprimento determine o quotidiano da pesquisa; ao passo que, nas escolas que participam no projecto, o quotidiano é marcado por outras pressões institucionais (programas, avaliações, dependências hierárquicas, relação provisória ou definitiva com a escola) alheias à investigação, mas condicionantes da mesma.

De uma compreensão das múltiplas dependências institucionais pode-se chegar à identificação dos respectivos corredores de liberdade, que permitirão a configuração da nova instituição que é a do projecto comum de investigação. É aqui que se procede à desmontagem de territórios pre-estabelecidos, de representações e se constroem novas totalizações (relações mais simétricas, comunicação, argumentação e diálogo). Esta é também uma dimensão da complexidade e da transformação inerente à construção da figura do **investigador colectivo** em investigação-acção..

de natureza afectiva

As relações entre pessoas são condicionadas pelas suas perspectivas ideológicas, pelas suas representações, pelas suas dependências institucionais, mas também pelas suas relações afectivas. A coesão dum grupo não se faz apenas a partir de objectivos comuns, da partilha de tarefas concretas, da reflexão e avaliação em conjunto, mas também através de movimentos de simpatia e antipatia, de dependência afectiva, de ciúme e competição.

A construção do **investigador colectivo** vê constantemente o seu percurso ameaçado por sentimentos que são fruto da história de cada um e que, aos poucos, vão sendo desnudados. É como indivíduo que cada actor participa num projecto comum e, só lentamente, se passa do **eu** ao **nós**. É necessário passar por cedências, é necessário aprender a pôr-se em causa, a aceitar críticas, perceber que a nossa perspectiva é apenas uma entre outras.

Do colectivo de investigadores ao investigador colectivo

Tendo colocado como cerne da Investigação-Acção a interdependência entre a produção de conhecimento e a acção transformadora, resta-nos reflectir acerca da natureza e processo desta interdependência, que passa pela construção do **investigador colectivo** enquanto sujeito colectivo de investigação.

É este processo que, mercê das características iniciais da Investigação-Acção em curso (o convite à investigação aparece com carácter de exterioridade em relação aos centros de investigação, dos investigadores para os práticos), parece ter-se articulado num movimento que vai da maior exodeterminação ao início de uma endodeterminação, tal como se verifica nos quadros que exemplificam as fases deste movimento.

Em termos globais, o percurso tem sido vivido no sentido de uma superação cada vez maior das fronteiras entre "investigadores" e "práticos", desenvolvendo-se, internamente a estes corpos, uma maior permeabilidade recíproca à interferência do outro; decorrendo da acção transformadora inerente à própria Investigação-Acção, ou seja, das mudanças introduzidas no plano da produção de conhecimentos e no plano das práticas. É o que assegura a circulação, concretizando-se lentamente uma relação de sujeitos.

BIBLIOGRAFIA

BATAILLE M.(1981), "Le Concept de "Chercheur Collectif" dans la Recherche-Action", *Les Sciences de l'Éducation*, 2-3/ pp. 26/38.

BOUTINNET J. P. (DIR) (1985), *Du Discours à l'Action*, Paris, Ed. L'Harmattan.

CHARBONNEAU R. (1988), "'Vers une Définition de la Recherche-Action " in DESLAURIERS J.-P., *Les Méthodes de la Recherche Qualitative*, Québec, PUQ, pp. 81-90.

ESTEVEZ A.J. (1986), "A Investigação-Ação " in SILVA A.S. & PINTO J.M. (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 251-278.

NOT L. (Dir) (1984), *Une Science Spécifique pour l'Éducation ?*, Toulouse Le Mirail, Université.

POURTOIS J.-P., "Organisation interne et spécifique de la recherche-action en éducation", *Les Sciences de l'Éducation*, 2-3/ 1981, pp. 39/58.

SANTOS B. S. (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Afrontamento.